

Terra e trabalho no sul de Mato Grosso – considerações sobre superação do escravismo, luta pela terra, economia pastoril e advento do trabalho livre - séculos 19 e 20¹

Maria do Carmo Brazil

Resumo

Leis foram formuladas para redefinir políticas de terras e de mão-de-obra, abrangentes para todas as províncias do Império brasileiro a partir de 1850. Para abordar esta temática procuramos, primeiramente, destacar a forma distinta de organização da vida material e social da região dos pantanais, localizada no Oeste brasileiro, para, então, discorrer sobre o processo de superação do escravismo, a ocupação do sertão do rio Paraguai e o advento do trabalho livre. Trabalhadores escravizados e camponeses pobres ficaram enublados do discurso historiográfico regional, despojado de merecida cientificidade, pois os escritos sobre este segmento social restringiram-se a depoimentos isolados, memórias da elite local, dados dispersos nos inventários,

documentos cartoriais ou detalhes quase imperceptíveis ou ligeiramente registrados nas narrativas dos viajantes que passaram por Mato Grosso nos séculos 19 e 20. Tentamos nesta reflexão romper o “quase-emudecimento” historiográfico e memorialístico sobre os segmentos subalternizados, participantes das tensões e lutas cotidianas durante o processo de ocupação e povoamento desse espaço geocológico.

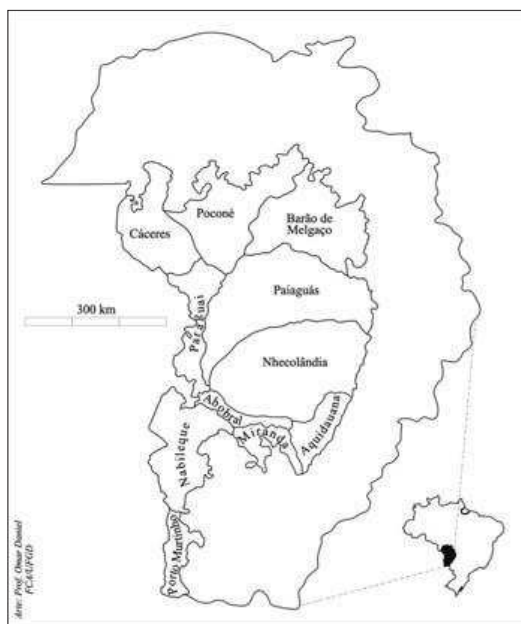
Palavras-chave: Pantanal. Latifúndio. Trabalho pastoril.

* Docente do Programa de Pós-Graduação em História FCH/Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD. E-mail: mcbrazil@hotmail.com.

¹ Este artigo faz parte da pesquisa: “A produção pastoril no Piauí, no Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul, de 1780 a 1930: um estudo comparado”, apoiada pelo CNPq.

Pantanal ou pantanais

O espaço natural inundado periodicamente pelos rios oriundos da chapada dos Parecis e conhecido como “Pantanal” corresponde a uma extensa planície inundável, cuja dimensão varia entre 140 mil km² e 200 mil km², considerada a maior área úmida do mundo, cujo principal nutriente é o rio Paraguai (ADAMOLI, 1982, p. 109-119). Graças às variações topográficas, ecológicas e à diversidade das formações vegetais, o Pantanal pode ser dividido em dez sub-regiões ou pantanais: Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço, Paiaguás, Nhecolândia, Paraguai, Abobral, Miranda, Aquidauna e Nabileque. O regime das cheias manifesta-se com intensidade distinta nos diversos pantanais (Fig. 1). (ADAMOLI, 1987, p. 15-72).



Fonte: Projeto Gef-Pantanal (2003); ADAMOLI (1987); SILVA e ABDON (1998); edição DANIEL, Omar, FCA/UFPA, 2008.

Figura 1 – Região do Planalto e Pantanal na Bacia do Alto Paraguai.

No século 20, a história da ocupação das sub-regiões dos pantanais passou a ser contada pela elite mato-grossense, constituída por membros do tronco tradicional que começou a construir sua história, redigindo suas memórias desde o momento em que seus predecessores saíram do norte de Mato Grosso e alcançaram o Pantanal seguindo os cursos fluviais para ocupar o sul da região. No campo ideológico, as narrativas memorialistas aqui analisadas contribuíram para nutrir biografias romanceadas e escritos que privilegiaram a organização da estrutura de dominação local, explicitando o momento em que a primeira geração de ocupantes dos pantanais definiu-se politicamente em defesa do latifúndio.

Movimentos monçoeiros

A ocupação do trecho norte do Pantanal remonta ao século 18. Entre os anos de 1722 e 1728 acentuaram-se as expedições fluviais que partiam de São Paulo para atender as minas recém-descobertas de Mato Grosso. Surgiu, assim, a fazenda Camapuã como via de acesso Cuiabá-São Paulo. O comboio de canoas partia de Arariaguaba ou Porto Feliz, seguia o curso do Tietê até o rio Paraná e, deste, deslocava-se até o rio Pardo para alcançar o varadouro de Camapuã.

Com os movimentos monçoeiros emergiram os famosos estabelecimentos de pousadas fixas, para abastecer

as expedições e os povoados extrativos. Instalavam-se nos varadouros dos rios para aliviar sobremaneira o cansaço dos viajantes e, também, atender às necessidades das comitivas. Do varadouro de Camapuã, as expedições transportavam as canoas e as cargas para o rio Coxim, afluente do Taquari, e desciam até o Passo do Paraguai, nas cercanias de Corumbá (CORTESÃO, 1984, p. 652).

Nas primeiras duas décadas do século 18 ocorreu também a introdução dos primeiros negros escravizados no sertão mato-grossense, mas em número pouco significativo. Nessas expedições, os cativos faziam carregações de canoas, provisões, entre outras tarefas. As monções de comércio e de povoação supriam os núcleos mineradores de mercadorias como artigos de luxo, aves, cativos, gado equino, muar, vacum, sal, etc. (BRAZIL, 2002, p. 29). Os expedicionários galgavam penhascos e arrostavam cachoeiras, corredeiras e varadouros antes de alcançar os pousos, onde eram erguidos arraiais, taperas e pelourinhos (FREYRE, 1945, p. 202-203). As comitivas lutavam contra a selva e enfrentavam a ira dos nativos, vítimas do avanço expansionista (HOLANDA, 1945, p. 83).

Com o expansionismo paulista, as flotilhas de canoas tomavam o rio Cuiabá ou o Jauru para chegar às minas mato-grossenses. Pousadas e fazendas surgiram e passaram a dispor de um componente novo: os rebanhos bovinos, trazidos principalmente de Minas Gerais e Goiás.

As crônicas oficiais portuguesas indicavam a introdução das primeiras cabeças de gado no norte de Mato Grosso. As expedições espanholas, por sua vez, deixaram informações de que em 1750 “foram avistados por um oficial espanhol vários centros de criação de bovinos próximos de Vila Bela, pertencentes aos portugueses estabelecidos em Mato Grosso” (MAZZA, 1994, p. 11).

Ocupantes sesmeiros

No início do século 19, diante do insucesso minerador e do fracasso das tentativas agrícolas no norte do antigo Mato Grosso, acentuaram-se as correntes de penetração constituídas por criadores de gado. Algumas frentes migratórias, oriundas do Triângulo Mineiro, do Nordeste brasileiro e do interior de São Paulo, voltadas para a criação de gado, já realizavam significativas incursões nos sertões de Mato Grosso. A corrente vinda do Nordeste entrava por Goiás para instalar-se na região de Cuiabá e Vila Bela; a procedente de Minas Gerais e São Paulo penetrava pelo sul de Mato Grosso, atingindo, sobretudo, a região de Coxim (CORRÊA FILHO, 1955).

No século 19, quando o Brasil já havia se tornado independente, o português Jerônimo Joaquim Nunes ocupou, apesar da resistência dos borroros, a margem esquerda do São Lourenço, sobretudo a área do Pindaival e

Piquiri. Seguindo o curso fluvial do São Lourenço e seus afluentes, os criadores de Vila Bela e Cuiabá avançaram pelos pantanais e alcançaram o sul de Mato Grosso (Fig. 2).

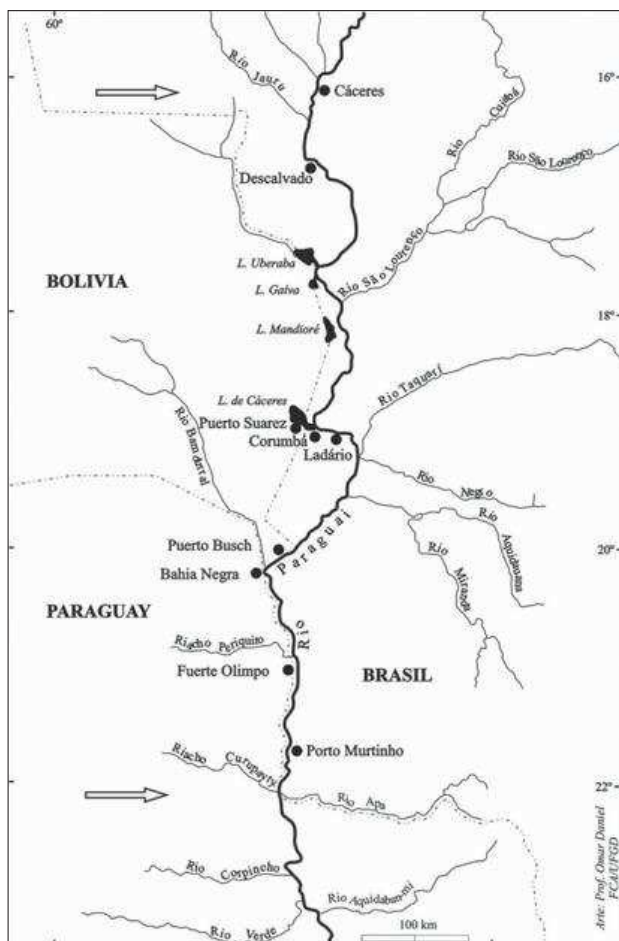
As efemérides de José de Barros, um dos primeiros patriarcas a ocupar terras pantaneiras com objetivo de desenvolver a cultura pastoril, revelam a utilização compulsória do trabalho durante a conquista da região: “É preciso contar que tínhamos então dois escravos; um de nome Lúcio e outra Ana. Muito bons serviços nos prestaram. Eram bons. O Lúcio, além de trabalhador, era fiel a toda prova...” (BARROS, 1987, p. 16).

Portugueses como André Alves da Cunha, Estevão Alves Corrêa, José Gomes da Silva, Leonardo Soares de Sousa e João Pereira Leite deram origem a uma fecunda prole, que veio fundar os mais significativos estabelecimentos agropastoris do vale do Paraguai (CORRÊA FILHO, 1955, p. 19).

André Alves da Cunha, embora tenha conseguido expressivo relevo político, jamais abandonou suas propriedades rurais, situadas nos arredores de Cáceres e Poconé. Suas filhas se casaram com os portugueses Manuel Nunes da Cunha e Francisco da Costa Ribeiro. O neto de André Alves, José Alves Ribeiro, ou Juca da Costa, marido da viúva de João Pereira Leite, para evitar os acontecimentos políticos ocorridos em Cuiabá, que redundaram no movimento político de 1834, conhe-

cido como Rusga, instalou-se no vale do Taboco (RIBEIRO, 1984).

Refugiado no sul da província, precisamente na região de Miranda, Juca Corrêa constituiu sua prole e mais tarde conseguiu a legalização da fazenda Taboco legitimando uma área de 344.033 ha. Os descendentes de Estevão Alves Corrêa também se fixaram nos vales dos rios Aquidauana e Miranda (Fig. 2).



Fonte: Bucher et al. (1994) e edição DANIEL, Omar, FCA/UFMGD, 2008.

Figura 2 – Principais rios do Pantanal, abrangendo Brasil, Bolívia e Paraguai, correspondentes à porção do Alto Paraguai (Rio Apa - MS a Cáceres - MT).

A ocupação dessa área do Pantanal é contada por Renato Alves Ribeiro em *Taboco 150 anos – balaió de recordações*. Renato Ribeiro sustenta que o devassamento do Pantanal pelos criadores do norte de Mato Grosso deu-se em razão da busca de condições favoráveis para o gado. Os Alves Ribeiro distribuíram-se pelas margens do rio Negro, Taboco, Miranda e Nioaque em grupos de famílias, agregados, criados e amigos, enfrentando com seus rebanhos bovinos as vicissitudes naturais. Os Fialho ocuparam a área entre o rio Aquidauana e o Taboco, onde fundaram a grande fazenda Boa Vista. Os Mascarenhas formaram a fazenda Correntes, às margens do Aquidauana (RIBEIRO, 1984, p. 23).

Fazenda Jacobina

Entre 1825 e 1829, época em que Hércules Florence visitou Mato Grosso, a fazenda Jacobina assentava um rebanho bovino de aproximadamente sessenta mil cabeças de gado, das quais “a maior tornara-se selvática” (FLORENCE, 1941). Para a faina diária, o fazendeiro dispunha de cerca de duzentos trabalhadores escravizados e de um número quase igual de homens pobres e livres, constituídos por agregados, nativos e assalariados.

Florence fez revelações significativas sobre o latifúndio jacobino:

João Pereira Leite possuía ainda dezoito sesmarias, das quais a menor de três léguas em quadra, mas incultas e só em seis ou sete delas, chamadas fazendas, havia um rancho miserável, um feitor com sua família, alguns camaradas e gado... Uma tropa de um cento de burros de carga era quanto bastava para transportar os produtos da fazenda [...] (FLORENCE, 1941, p. 128).

A grandiosa Jacobina, de João Pereira Leite, representou o ponto inicial da pecuária pantaneira. Seu proprietário foi, segundo a avaliação de Virgílio Corrêa Filho, um dos principais responsáveis pela formação das primeiras fazendas do pantanal sul de Mato Grosso: “De Jacobina irradiava a gente aventureira, que tomou conta de grande porção do Pantanal, no Taquari, Paraguai e Negro, onde se afaizendou o genro de João Pereira Leite, de nome Joaquim José da Silva, Menino-Diabo, em moço, e barão de Vila Maria, por decreto de 1862” (CORRÊA FILHO, 1955, p. 22).

José de Barros descreveu detalhes sobre a Jacobina, localizada a cinco léguas de Cáceres, onde morou antes de alcançar a “Nhecolândia”: “Dia 4 de setembro [1884], parti para a Jacobina... Estabelecimento de cultura da cana e cereais era o sítio composto de boa casa, sobrado, engenho tocado à água, etc. O pessoal de trabalho era escravo” (BARROS, 1987, p. 21).

Um fato quase omitido pelos descendentes de José de Barros foi seu desempenho na tarefa de feitorização dos escravizados da fazenda Jacobina:

[...] a necessidade de ganhar algum dinheiro fez-me ficar naquele sítio, com o fim de fazer trabalhar escravos viciados a beber aguardente e muito insubordinados, com o vencimento de 50 mil réis por mês.. depois das necessárias instruções, partiu o meu patrão com sua família para a fazenda denominada Bocaina... Ali fiquei isolado, pois além de escravos não havia com quem se tratar (BARROS 1987, p. 22).

Campos dos descavados

João Pereira Leite e Maria Josefa tiveram dez filhos, dos quais três se destacaram: João Carlos, Luiz Benedito e Maria da Glória. O major João Carlos desempenhou importante papel na política de Mato Grosso, o que ajudou a ampliar o patrimônio da família adquirindo os campos dos Descavados, um expressivo conjunto de sesmarias demarcadas em 1871 (PEREIRA LEITE 1978, p. 96-99). Sua influência irradiava-se da fazenda Jacobina, alcançando Vila Maria, Descavados, Jauru e demais sesmarias constitutivas das propriedades dos Pereira Leite (PROENÇA, 1992). Luiz Benedito ganhou expressão política na época republicana. Maria da Glória se casou com Joaquim José Gomes da Silva, um dos primeiros sesmeiros do pantanal sul (BARROS, 1998, p. 63-99).

Porta de entrada

Os primeiros ocupantes dos pantanais sul partiram da região de Cuiabá, Poconé, Livramento e Cáceres, precisamente da grande fazenda Jacobina. Os Pereira Leite ocuparam a região do Descalvado e os Gomes da Silva, a parte sulina do Pantanal.

Entretanto, na história da ocupação da porção sul do Pantanal a figura de maior destaque foi Joaquim Gomes da Silva – o barão de Vila Maria –, que, depois de casado com a filha de João Pereira Leite, ocupou a área entre os rios Taquari, Paraguai e o Negro.

A vitória portuguesa sobre os nativos paiaguás, graças às fortificações fundadas a partir de 1775, permitiu o lento povoamento da mesopotâmia entre o rio Negro e o Taquari. Deste vasto espaço tomou posse, em 1847, Joaquim José Gomes da Silva, assentando-se numa área entre Corumbá e Albuquerque, onde fundou a fazenda Piraputangas, junto à serra do Urucum. Em solos adequados para as atividades agropastoris, o rebanho aumentou rapidamente, gerando a necessidade de maior área de pasto para o gado. Na busca dessas áreas de pastagem, o barão, talvez alertado pelos nativos, descobriu a existência de uma imensa extensão de campos limpos “acima da foz dos rios Miranda e Abobral e abaixo das águas do Taquari, perto de Albuquerque [...]”,

precisamente na margem esquerda do rio Paraguai (BARROS, 1998, p. 80).

Na área contígua ao rio Paraguai, que mais tarde ficaria conhecida como a porta de entrada do Pantanal da Nhecolândia, o barão fundou retiro, tratado primitivamente por “Manga do Barão” e, depois, por “Porto da Manga”.² Em razão das seguidas enchentes, o rancho foi mais tarde abandonado. O barão determinou a construção de novo retiro em local mais alto e enxuto, a quatro léguas de distância do rio, a que foi dado o nome de “Firme”. Além desta fazenda, o barão foi proprietário das fazendas Palmeiras, São Francisco e Piraputangas. Todas teriam sido saqueadas pelos paraguaios na época da Guerra do Paraguai.

Economia pastoril e escravidão

Passada a Guerra do Paraguai, algumas sub-regiões do Pantanal ainda contavam com uma economia pastoril considerável, cujos maiores criadores continuaram sendo João Carlos Pereira Leite – dono da Jacobina, com de 240 léguas quadradas e seiscentas mil cabeças de gado, na maior parte alçado, por falta de cavalos –, o barão de Vila Maria e o major Metello, cuja fazenda se estendia das margens do São Lourenço até o Pequiri, possuindo alguns milhares de cabeças de gado (CORRÊA FILHO, 1926, p. 38-39).

Nesses latifúndios havia cativos concentrados na vila de Corumbá ou distribuídos nas terras de Piraputangas, Chané, Herculanêa [Coxim], Taquari, Ladário, Albuquerque e São Lourenço (ROCHA, 1977, p. 78-108).

Entre os proprietários que se utilizavam da mão-de-obra cativa nas fazendas figuraram o barão de Vila Maria, major Metello e Firmiano Firmino Ferreira Cândido entre aqueles que detinham maior quantidade. O barão de Vila Maria possuía 39 escravizados cadastrados na junta de manumissão, entre pretos e pardos. José Caetano Metello possuía 34 cativos e Firmiano Cândido, morto no ano de 1878, detinha propriedade sobre 21 escravos, que executavam trabalhos no campo, especificamente nas fazendas próximas à baía de Chané (BRAZIL, 2002, p. 119-123). Dos escravos pertencentes à herança de Firmiano, 11 foram matriculados pela Junta de Emancipação; três foram arrolados em sumário crime e três encontravam-se fugidos.

A morte de Firmiano decorreu do protesto coletivo realizado pelos escravizados contra maus-tratos do escravizador e contra a exploração do trabalho nos núcleos de produção regional. Os rebelados da baía do Chané (Corumbá) assassinaram o pecuarista, juntamente com seu capataz, João Pedro, na tarde de 15 de janeiro de 1878. Neste episódio os rebelados destruíram os instrumentos de trabalho e de

transporte existentes na fazenda e, em seguida, fugiram carregando armas e provisões. O processo criminal arrolou 12 réus, dentre os quais dez trabalhadores escravizados e dois homens livres de nacionalidade boliviana, denominados na região como “camaradas” (BRAZIL, 2002, p. 119-123).

Outras formas de relações de trabalho

O fim da Guerra do Paraguai marcou também o início da imigração paraguaia. Entre os adventícios estavam exímios vaqueiros, procedentes de Cuiabá e arredores, e paraguaios e bolivianos, acostumados a diferentes regimes de vida e incorporados às atividades extrativas e criatórias (1955, p. 25).

Abílio de Barros ressalta o predomínio mestiço da população de Corumbá: “[...] os corumbaenses, particularmente da periferia da cidade, retratam esse caldeirão cultural. São abugrados de pele morena, cabelos lisos, traços faciais delicados. Na zona rural, entre nossos campeiros, houve a dominância da mestiçagem de negros e bugres” (BARROS, 1998, p. 205).

Grande parte dos imigrantes paraguaios encarregava-se de fazer bretes, currais, plantio de pasto, roçados, aramados e derrubadas. Organizavam-se em grupos numerosos e, pelo temor da exploração por dívida, aspec-

to frequente nas localidades de fronteira, optavam pela prestação de serviços ajustados sob a forma de empreitada. Alguns documentos oficiais evidenciam a utilização compulsória dos imigrantes paraguaios após o conflito entre o Brasil e o Paraguai. Hábeis em tarefas manuais, como madeiramento de casas e trabalho com couros, os paraguaios faziam, principalmente, o campeio e o trabalho de gado na região (BARÃO DE VILA MARIA, 1972).

As terras do barão

O pós-guerra desenhou quadro dramático para fazendeiros e mão-de-obra disponível. Ao barão de Vila Maria o governo entregou milhares de apólices da dívida da Guerra do Paraguai. Mas o prazo ilimitado dado ao Paraguai para saldar as dívidas arruinou as finanças do barão. Seu falecimento, em Montevideu, trouxe sérios tropeços financeiros para a viúva, que precisou vender as propriedades para pagamento de dívidas.

No testamento, incluído no *Inventário do barão* (1876), foram arrolados os negócios realizados, partilhas de terras, gado, casa na cidade, bandeja de prata com o brasão da família, escravos, apólices e títulos representativos da dívida pública do governo paraguaio em favor do barão. No espólio constaram duas fazendas: Piraputangas e São Domingos, esta conhecida

como “fazenda Grande” (Alegria ou Firme), avaliada em um conto de réis. As fazendas Palmeiras e São Francisco localizavam-se na margem esquerda do rio Taquari e eram glebas localizadas na área contígua ao Firme, representando também o centro irradiador da criação de gado do Pantanal sul (Tab. 1). Conforme os termos do *Inventário* (1876), a maioria dos negros escravizados foi entregue para pagamento de dívidas da baronesa com os credores hipotecários do inventário.

O barão morreu em 1876 e deixou como herdeiros a viúva e seus filhos Joaquim José Gomes da Silva, de 28 anos, e Joaquim Eugênio Gomes da Silva, de 19 anos. O filho Joaquim José recebeu, ao casar-se, cinco trabalhadores cativos, gado e a fazenda Palmeiras, já formada por seu pai. Entretanto, logo após a morte do barão, Joaquim José foi assassinado na fazenda Piraputangas, e a esposa e os filhos passaram a representá-lo num processo que durou vinte anos.

Na obra *A pecuária nos pantanais de Mato Grosso*, José de Barros Maciel referiu-se às particularidades do vale do Paraguai, dedicando considerações apreciáveis à situação da fazenda Firme após a morte do barão. Maciel conta que, em 1885, o “Firme” foi arrematado em praça para efeito de pagamento de custas judiciais (MACIEL, 1922, p. 16).

Nhecolândia

Joaquim Eugênio Gomes da Silva, ou simplesmente “Nheco”, filho mais novo do barão de Vila Maria, nasceu em Cáceres, antigo Mato Grosso, em 22 de setembro de 1856. Casou-se, em 1879, com Maria das Mercês Gomes da Silva. Logo Nheco mudou-se para Corumbá, com o objetivo de tomar posse de parte das terras em questão. Sem considerar o andamento do processo de inventário ou a dimensão de seus direitos, optou pelas áreas situadas à margem esquerda do rio Paraguai, especificamente na região do Firme. Segundo José de Barros Maciel a “Nhecolândia” constitui-se de terreno firme – ou seja, distante das vazantes, dos rios e dos corixos – e de uma área inundável, caracterizada pelos terrenos limítrofes aos cursos d’água, quase sempre argilosos e arenosos.

Além da ocupação do Firme era importante efetuar o povoamento, o desenvolvimento da lavoura, a criação de gado e cavalo. Para tanto, Nheco envolveu seus cunhados José de Barros, “Jejé”, e Gabriel Patrício de Barros, “Bié”, no processo de ocupação do Firme. Jejé e Bié partiram de Cáceres para ajudar Joaquim Eugênio na produção de gado e na instalação de retiros em áreas estratégicas. A meta específica era garantir a posse das terras inventariadas.

Agregamento parental

Cumpramos enfatizar que a área de 24.762 km² da região “nhecolandense”, ou seja, cerca de 17,8% da superfície total do Pantanal, forma, juntamente com a sub-região do Paiaguás, o chamado “Pantanal arenoso” e constitui-se no imenso leque aluvial do rio Taquari. O aumento da população bovina tornou os campos da Nhecolândia bastante conhecidos, despertando o interesse de novos ocupantes, que passaram requerer junto ao Estado do Mato Grosso as terras além das fronteiras divisórias da fazenda Firme, finalizando a fase de expansão territorial dessa área.

Para Correa Filho (1946), a ocupação do Pantanal Sul assumiu uma feição singular, exibindo “ar de família”, baseada na relação de camaradagem e parentesco ou numa forma de agregamento parental que Alcântara Machado, estudando o passado bandeirante, identificou como “organização defensiva” (MACHADO, 1978, p. 143). Esse tipo de agrupamento envolvia o chefe com autoridade irrefutável sobre a mulher, a prole, os agregados, familiares e proletários livres e cativos, indicando uma política de ocupação nitidamente vinculada à segurança.

A preocupação de Nheco com a segurança misturava-se ao sentimento de “ajudar parentes e amigos”, como Francisco Gomes da Silva, Manoel Gomes da Silva, José Mariano da Costa,

João Batista, Quintino Maciel, Vicente Alexandre de Campos, José de Barros e Gabriel de Barros, entre outros (BARROS, 1998, p. 96). Pelo discurso dos herdeiros do latifúndio nhecolandense, essa relação de camaradagem e parentela propiciou que muitos empregados, capatazes e peões se tornassem proprietários de vastas extensões de terras. As palavras de Carlos Vandoni Maciel em 1934 expressavam o pensamento uniforme e paradoxal da classe dominante local: “O fazendeiro da *Nhecolândia*, longe de despertar a inveja ao seu empregado, pelo contrário estimula-o, porque nos serviços mais arriscados, na luta diária com os brejos, no serviço do laço, fazendeiro e empregados se nivelam heroicamente” (BARROS, 1934, p. 23).

Abílio de Barros salientou, sobretudo, a atividade econômica e a relação de compadrio no processo de ocupação da Nhecolândia:

Na fazenda Firme os ranchos foram sendo feitos à medida que chegavam os novos ocupantes. Os moradores... criavam em condomínio, sob a chefia do dono da terra. O gado era marcado a ferro, mas o sinal na orelha era a identificação maior... Depois de medidas e demarcadas as terras do *Nheco*, os seus parentes do ‘Firme’ foram iniciando requerimentos e compras de novas áreas e sucessivas fundações de novas fazendas, consumando a progressão [da] marcha para leste (BARROS, 1998, p. 97-98).

As raias limítrofes do Firme permitiam a expansão e a formação de novos latifúndios: a oeste da fazenda, o vale do Paraguai; ao sul, o vale do rio Negro, que foi ocupado depois pelos Rondon; ao norte, formaram-se as fazendas São Francisco e Palmeira, às margens do Taquari; as terras do leste representavam uma antiga ambição de Nheco na ampliação de seus domínios.

A ocupação de outras enormes áreas dos pantanais de Mato Grosso também foi assinalada por Abílio de Barros:

Próximo às antigas posses do barão, na zona do Jacadigo, em Corumbá, um mineiro de Passos, Antônio Avelino do Amaral, também andou em posses desmedidas, em sua fazenda Louro. No Taboco, mais ao sul, José Alves Ribeiro ultrapassou 100 léguas. Em proporções semelhantes estiveram os Alves Corrêa no pantanal de Miranda, os Paes de Barros em Aquidauana e os Ferraz e Alves de Arruda em Porto Murtinho (BARROS, 1998, p. 97-98).

Nhecolândia e Paiaguás, embora apresentassem propícias condições para criação de gado, como a disponibilidade de terras e de pastagens nativas, até as duas últimas décadas do século 19 ainda eram insignificantes, explicado pelas barreiras naturais e por se constituírem num ermo marcado pelo isolamento dada a falta de comunicação.

A legalização dos latifúndios

Poucos ocupantes possuíam seu respectivo título de sesmaria. Entretanto, a lei nº 601, de 1850, interpretada pelo regulamento de 10 de janeiro de 1854, reconhecia os direitos dos que apresentassem documentos particulares de compra e venda, ou comprovassem a posse decorrente da ocupação primária. Outra facilidade à aquisição de terras foi dada pela lei republicana nº 20, de 9 de novembro de 1892, que permitiu a transferência de terras para o domínio particular dos peticionários (CORRÊA FILHO, 1955, p. 22).

Corrêa Filho organizou uma tabela mostrando como estavam dispostos os mais famosos latifúndios do Pantanal mato-grossense em 1892.

Tabela 1 – Legalização das terras pela lei republicana nº 20 de 1892

Latifúndio	Área	Aquisição definitiva
Palmeiras	106 025 h	3-12-1894
Rio Negro	118 905 h	3-9-1893
Firme	176 853 h	27-7-1899
Taboco	344 923 h	24-4-1899
Rio Branco	384 292 h	22-6-1901

Fonte: CORRÊA FILHO, V. *Fazendas de gado...*, 1955, p. 23.

A tabela assinala a facilidade na aquisição por título gratuito de glebas imensas nos pantanais mato-grossenses. Contudo, sabe-se que era grande a dificuldade em ocupá-las dada as peculiaridades regionais (CORRÊA FILHO, 1955, p. 21).

Internacionalização dos latifúndios

José de Barros Maciel (1922) assinala que a fazenda Descalvado tinha uma área de 400 léguas quadradas, que ia desde a margem direita do rio Paraguai, na embocadura do rio Jauru, até os limites com a Bolívia e cercanias de Corumbá. Com cem mil reses, a fazenda foi vendida pelos herdeiros de João Carlos Pereira Leite a Jayme Cibillis y Buxaréu, um industrial argentino que ali montou uma fábrica de extrato de carne, dotada de máquinas movidas a vapor e sistema de produção moderno para a época (BATOVI, 1884).

Com o investimento empregado no estabelecimento, seu proprietário pedia, em 1884, a isenção de direitos provinciais por um espaço de 15 anos para a produção. Oferecia, em contrapartida, o transporte gratuito do correio em dez viagens anuais, feitas em vapores apropriados de Montevideu a Corumbá e daí para o porto dos Dourados.³ Prometia também trazer gratuitamente do porto de Assunção a Corumbá em torno de 25 imigrantes por ano.

Cibillis vendeu Descalvado ao sindicato belga Societè Industrielle e Agricole au Brésil, com sede em Bruxelas, que continuou no ramo de indústria. O sindicato comprou também São José, outro latifúndio que passou a ser

conhecido como fazenda Alegre, cuja área, de aproximadamente 400 léguas de extensão, abrigava mais de cem mil reses. Seus limites envolviam as margens dos rios Piquiri e São Lourenço até as proximidades de sua confluência, no Paraguai, a pouca distância do Taquari.

Murdo Mackenzie nos pantanais

No início do século 20 foi instalada a primeira charqueada, cuja atividade transformou-se na principal economia da região pantaneira, oferecendo condições para o desenvolvimento da pecuária.

Sob a administração da Brazil Land & Cattle Packing Co., ou sindicato Farquahar, foi instalada a charqueada de Descalvado, com o objetivo de produzir carne, couros salgados, ossos, chifres, crinas e sebos (FRISCH, 1992). Por volta de 1919, o sindicato, com sede em São Paulo, dirigido por Murdo Mackenzie, chegou a realizar abate superior a cem cabeças de gado *vacum* por dia.

Theodore Roosevelt conheceu a sede da Brazil Land & Cattle Packing Co. quando passou por Mato Grosso em 1914. De acordo com sua narrativa, a fazenda dispunha de curtume, matadouro, seção de enlaçamento, capela e edificações com todos os graus de conforto para as trinta ou quarenta

famílias que tinham o local como seu quartel-general (ROOSEVELT, 1944, p. 132-133).

No depósito, Roosevelt observou levadas de peles de onças, pumas, gatos bravos, jaguatiricas e lobos. Abatidos, esses animais eram armazenados pelos vaqueiros e nativos colonizados, “pagando-se-lhes determinado preço por cada uma, pois devastavam o gado”.

Entre os trabalhadores, foram registrados a marcante presença paraguaia, o grande número de brasileiros e o inexpressivo número de nativos. Segundo Roosevelt, os vaqueiros eram homens magros, de pele tisonada, despojados, chapéus quebrados na testa, camisa e calça surradas, aventais de couro franjado e pesadas esporas nos pés descalços (ROOSEVELT, 1944, p. 132-133).

Saladeiros

Outras atividades saladeiras foram instaladas em Mato Grosso, sobretudo a partir de 1925. Quase 70% dos saladeiros instalaram-se às margens do Paraguai, projetando o vale como rica área de pastagens e o curso, como principal via de escoamento do produto.

A pecuária sinalizava-se, portanto, como a vocação natural do Pantanal, e as características geológicas dessa área ofereceram extraordinárias possibilidades para criação de gado,

embora a instalação de charqueadas não se constituísse em prática comum a todas as fazendas pantaneiras (CORREIA FILHO, 1946, p. 36).

Em 1934 Carlos Vandoni de Barros registrava a existência de três charqueadas: a Otília, da Firma Barros, Gomes & Cia. Ltda., à época arrendada a Theodomiro Serra & Costa; a Barrinhos, da firma Paulino Gomes & Cia. Ltda.; o saladeiro Corumbá, da firma Barros & Cia. Ltda. (BARROS, 1934). Esses estabelecimentos industriais faziam parte da Nhecolândia. No fim da década de 1950, a antiga indústria do charque começou a sair de cena para dar lugar às novas exigências do mercado, ligadas à comercialização da carne congelada.

O boi pantaneiro

O advento da ferrovia, em 1914, facilitou o povoamento e a implementação dos meios de comunicação na região e possibilitou o surgimento de outras vias de penetração para o interior do Pantanal. Esse sistema de transporte, ligando São Paulo a Corumbá, no sul de Mato Grosso, consolidou o elo entre a ocupação do Pantanal e a expansão econômica de São Paulo, permitindo a valorização da pecuária, pelas condições de escoamento rápido do produto. Além disso, o gado podia ser vendido em pé para as invernadas paulistas.

O boi pantaneiro, conhecido historicamente como “tucura”, pôde ser melhorado em qualidade de produtividade com a introdução de novas raças de origem zebuína. A busca da melhoria do gado pantaneiro determinou a fundação, em 1928, do “Centro de Criadores da Nhecolândia”, reunindo fazendeiros da região entre os rios Taquari, Negro, Miranda e Paraguai, com o objetivo claro de “[...] incentivar o melhoramento dos rebanhos na região, com a introdução de reprodutores de raças finas ou outros meios adequados” (MACIEL, 1922, p. 23).

A partir do século 20, o zebu, como em todo o território nacional, foi lentamente se estabelecendo no Pantanal. A raça zebuína conquistou a região de Minas Gerais, Goiás e São Paulo, reunindo espécimes de um gado bovino indiano (*Bos indicus*), que, por via de regra, era corpulento e dotado de grande cupim ou corcova cheia de reservas nutritivas. O *gir*, o *nelore*, o *guzerá* ou *guzerate* e o *sindi* constituíram-se nas variações da raça zebuína (MAZZA 1994, p. 43).

O avanço tecnológico alcançou a pecuária pantaneira e possibilitou a implementação no manejo com a utilização do brete australiano e de outros elementos inovadores, tanto na área de instrumento de trabalho como de medicamentos eficientes no combate à peste de cadeira, “o pesadelo dos criadores do pantanal”.⁴ A criação de gado

cresceu com o melhoramento genético do gado e a instalação das indústrias frigoríficas, reafirmando sua importância na efetiva ocupação do sul de Mato Grosso (MACIEL, 1922, p. 23).

A fazenda Francesa no olhar de Levis-Strauss

A valorização da terra e do gado transformou o Pantanal sul numa grande porta de entrada de capitais, favorecida, sobretudo, pela ferrovia. O aumento demográfico e a valorização das terras e do gado promoveram a fragmentação dos latifúndios. Um exemplo típico desse processo foi proporcionado pela chamada “fazenda Francesa”, grande propriedade rural que escapou das mãos de seus primeiros ocupantes.

Seguindo os passos do *Relatório de Monsieur La Batut* (1984, p. 13), consultor da fazenda, fica claro que os descendentes dos primeiros proprietários se transformaram em simples trabalhadores, cultivando a cana e fabricando queijos. Localizada nos campos do Pantanal de Miranda, a fazenda ficava sujeita à inundação pelo vazamento do rio homônimo, com exceção da parte norte, que sofria a influência do Pantanal do Paraguai.

Claude Lévi-Strauss visitou a fazenda Francesa na década de 1930 e registrou outras informações a respeito:

A Fazenda Francesa [área da Bodoque-na], como a chamavam na linha férrea, ocupava uma faixa de 50 mil hectares que o trem percorria por 120 quilômetros. Nessa extensão de matagal e gramineas duras, vagava um rebanho de 7 mil cabeças..., periodicamente exportado para São Paulo, graças à estrada de ferro que fazia duas a três paradas dentro dos limites da propriedade. A que servia à residência chamava-se Guaicurus [...] (1996, p. 154).

Lévi-Strauss ressaltou que, dez anos depois de sua fundação, a fazenda Francesa já apresentava sinais de definhamento estrutural devido à “insuficiência dos primeiros capitais, absorvidos pela compra das terras, sem margem disponível para a melhoria do gado e do equipamento”.

Miranda Estância, capital inglês na ocupação dos pantanais

Outro exemplo da participação do capital estrangeiro no processo de ocupação do Pantanal, merecedor da atenção dos historiadores Cezar Augusto Benevides e Nanci Leonzo, derivou da aquisição das fazendas Catepa, Barranco Vermelho, Santa Delphina e Bahia pela The Miranda Estancia Company Limited. Benevides informa que os ingleses fundaram esta companhia em 1912, tomando por base o sucesso alcançado na região do Prata durante o século 19. Os ingleses inves-

tiam em ferrovias, terras e gado, transações que lhes rendiam altos lucros. Entretanto, explica o historiador, “episódios ocorridos na Argentina, país no qual pelo menos dois acionistas majoritários mantinham investimentos no setor pecuário, passaram a inquietá-los, como o surgimento de reivindicações nacionalistas e pressões dos arrendatários de terras... o futuro estava além fronteira”.

Com apoio de autoridades locais e com base na legislação federal, os ingleses compraram as extensas áreas do pantanal sul-mato-grossense. Os proprietários, descendentes dos Alves Corrêa e Rebuá, acabaram negociando terras, benfeitorias, matas e gado (BENEVIDES, 1996, p. 803-811).

Para Leonzo, grande parte da rentabilidade dos novos proprietários dessas fazendas baseou-se na captura do “gado bagual”, na extração de madeira, na indústria de peles e couros e na exploração da força do trabalho por dívida. Os ingleses, durante o processo de ocupação dos pantanais, proporcionaram a modernização da pecuária, ajudando na introdução da raça zebuína para o melhoramento do rebanho nativo, embora “o preço dessa modernização tenha sido alto para a população da Miranda Estância” (LEONZO, 1996, p. 803-811).

Depois da Segunda Guerra Mundial começou a diminuir o interesse de investimentos britânicos no Brasil. A

política nacionalista desenvolvida por Vargas estimulou o empenho de fortes acionistas brasileiros, que, numa ação conjunta, “tomaram posse oficialmente, das terras e do rebanho, em 22 de março de 1952”. Pelas investigações de Benevides, Luiz Pontes Bueno, Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, Joaquim Monteiro de Carvalho, Olavo Egydio de Souza Aranha, José Willemsens e Wolff Klabin iniciaram a compra da The Miranda Estancia Company Limited. Fechado o negócio com os ingleses, restava o resgate de todas as ações em mãos de investidores ingleses espalhados pela América Latina, o que só ocorreu em 1952 (BENEVIDES, 1996, p. 803-811).

Paiaguás

O Paiaguás, sub-região do Pantanal, só foi ocupado no início do século 20, muito depois da “epopéia nhecolandense”. Esgotada a disponibilidade dos campos à margem esquerda do Taquari, os interessados na atividade criatória passaram a buscar o outro lado do rio, onde viveram os paiaguás, os hábeis nativos canoeiros dos tempos coloniais (CORRÊA FILHO, 1946, p. 50).

Paiaguás e Nhecolândia são áreas confinantes que se completam, identificando-se pelas mesmas condições do solo e pelas semelhantes imposições naturais. Somente um rio separa estas

duas regiões: o Taquari. A Nhecolândia assenta-se entre o Taquari e o Paraguai; o Paiaguás localiza-se entre o São Lourenço e o Piquiri (Fig. 1).

As memórias de Isabel de Arruda Viegas, reunidas no livro *Pantanal: reminiscências de nossas vidas*, marcam a trajetória de sua família no processo de ocupação do Pantanal do Paiaguás. Herdeira do patriarcalismo rural das terras pantaneiras e representante da elite fundiária local, a autora expõe detalhes dos episódios marcantes de sua história de vida, os fatos testemunhados diariamente ou transmitidos pela tradição oral (VIÉGAS, 1997, p. 39).

Endogamia

O povoamento e a utilização do Pantanal dos Paiaguás, descritos por aqueles que se dedicaram a construir sua memória, acompanharam o padrão nhecolandense, em que os “desbravadores, aparentados entre si, multiplicaram-se por endogamia” (CORRÊA FILHO, 1955). Esse aspecto aparece, com nitidez, na narrativa de Isabel: “Meu pai (Orêncio) e a mãe de Zezinho (Babila) eram irmãos, filhos de Juca Gomes. Portanto, Zezinho e eu somos primos-irmãos” (VIÉGAS, 1997, p. 30).

Isabel e José Viégas instalaram-se à margem do rio Taquari, num local que se chamou de “Recurso”, herança dos Gomes Monteiro. Como as terras

tinham pouco valor, dada a falta de meios de transporte, os filhos de Gomes Monteiro não investiram na produção. Anos mais tarde, quando um dos descendentes resolveu regularizar a questão dos impostos, percebeu que havia perdido grande parte dos direitos sobre as terras (VIÉGAS, 1997, p. 34).

A fazenda Recurso possuía uma área firme durante o período das cheias. Esta área foi ampliada e as novas terras receberam o nome de “Baía Mineira”. Com o falecimento do pai de Isabel, os herdeiros abandonaram as terras e o gado. A partir daí, começou a trajetória dos Viéguas na ocupação do Paiaguás: “Saímos [da Nhecolândia]... em viagem rumo ao Taquari [hoje Paiaguás], em uma carreta de bois emprestada... teríamos que fazer a travessia [...]” (VIÉGAS, 1997, p. 94-96).

Ao descrever o processo de ocupação dessa área do Pantanal, a autora reproduz, em parte, os fenômenos naturais e os modos de adaptação dos indivíduos à fisiografia contrastante da região:

Nos períodos de grande seca não tinha água nas estradas, e nas fazendas só davam água para a comitiva e para a tropa. Muitas vezes chegava uma boiada com mais de dois dias sem beber água. A nossa única água era da baía que já estava muito seca, só lama. Zezinho mandava fazer poço à sua margem para minar uma água melhor para nosso gado; poços feitos à mão ou com

pá a cavalo. Tinham que ser limpos e afundados toda semana... ele autorizava dar água para a boiada, ia com alguns vaqueiros da fazenda, ajudava cortar em pontas menores, dividindo a boiada de modo que todo os bois bebessem água. Ele sabia quanto sofriam estes homens que na realidade, estavam transportando a maior riqueza do pantanal: o boi (VIÉGAS, 1997, p. 142).

As memórias de Isabel Viegas traduzem a trajetória de domínio das fazendas Campo Alegre, Santo Antônio, Boi Branco, Pica Pau Amarelo e Baía Mineira. Embora menor em área, o Paiaguás apresenta as mesmas características da zona nhecolandense e seu rebanho assumiu um volume expressivo na pecuária de corte do sul de Mato Grosso.

O mosaico constitutivo das propriedades pontua outros ocupantes das terras do Paiaguás. Cássio Leite de Barros e Darci Miranda de Barros assumiram a propriedade das terras onde hoje se assentam as fazendas Recreio, São Francisco, Aguapé, São Cristóvão e Fátima.

Abstract

Laws were prepared to reformulate politics of lands and of work hand, including for all of the Provinces of the Brazilian Empire, starting from 1850. To approach this theme we tried firstly to detach the distinguished form of organization of the material and social life of the area of the swamplands, lo-

cated in the Brazilian west, for then to consider about the process to overcome the slavery, the occupation of the interior of the Paraguay river and the advent of the free labor. Enslaved workers and poor farmers were invisible in the discourse of regional history, undressed of scientific reflection, because the writings about this social segment were restricted to the isolated depositions, memoirs of the local elite, dispersed data in the inventories, documents of registry offices or almost imperceptible details or softly registered in the travelers' narratives that went by Mato Grosso in the centuries 19 and 20. We tried in this reflection to break the silence of the historiography and of the reports based on memoirs on the segments turned subordinate, participants of the tensions and daily fights during the occupation process and settlement of that geocological space.

Key words: Pantanal. Latifundium. Pastoral job.

Referências

- ADAMOLI, Jorge. Fisiografia do pantanal – vegetação do pantanal – subdivisão do pantanal. In: *Recursos forrageiros nativos do pantanal mato-grossense*. Brasília: Embrapa/Ministério da Agricultura, 1987.
- _____. O pantanal e suas relações fitogeográficas como os cerrados. Discussão sobre o conceito “complexo do pantanal”. In: CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 32. Teresina, PI, 1982.
- BARÃO DE VILA MARIA. Ofício dirigido ao Alferes Francelino Rodrigues, comandante da Força que acompanhou os imigrantes. Cuiabá: Departamento de Documentação e Arquivo – Secretaria de Administração de Mato Grosso. Arquivo Público de Mato Grosso. Cx. 1872. (Manuscrito).
- BARROS, Abílio Leite de. *Gente pantaneira - crônicas de sua história*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1998.
- BARROS, Carlos Vandon. *Nhecolândia*. Opúsculo escrito em comemoração à primeira feira agropecuária realizada na fazenda Santa Rita, município de Corumbá - atestado eloqüente da luta pelo progresso na riquíssima região nhecolandense. Corumbá, 1934.
- BARROS, José. *Lembranças (para meus filhos e descendentes)*. São Paulo: Centro Gráfico do Senado Federal (reedição), 1987.
- BATOVI. *Fala com que o Ex^{mo} Sr. General Barão do Batovi abriu a 1ª sessão da 25ª: legislatura da Assembléia Provincial de Mato Grosso*. Cuiabá: Secretaria de Administração – Departamento de Documentação, 1º de outubro de 1884, 111 fls. (Manuscrito).
- BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira negra*. Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso – 1718-1888. Passo Fundo: Ediupf, 2002.
- BUCHER, Enrique H. et al. *Hidrovia - uma análise ambiental da via fluvial Paraguai-Paraná*. São Paulo: Nupaub/USP, 1995.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Fazendas de gado no pantanal mato-grossense - documentário da vida rural n. 10*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura - Serviço de Informação Agrícola, 1955.
- _____. *Pantanais mato-grossenses: devassamento e ocupação*. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1946.
- _____. *A propósito do boi pantaneiro*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926.

- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa: Livros Horizontes, 1984. Tomo III.
- FLORENCE, Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo: Melhoramentos, 1941.
- FREYRE, Gilberto. Citado na nota do editor de CEB. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Rio de Janeiro: CEB, 1945.
- FRISCH, Joan Dalgas. *Pantanal Santuário Ecológico Mundial*. São Paulo: Associação de Preservação da Vida Selvagem/ Organização Internacional de Proteção da Fauna e da Flora, 1992.
- GEF PANTANAL. *Região do Planalto e pantanal na bacia do Alto Paraguai* (2003). Disponível em: <http://www.ana.gov.br/gefap/>. Acesso em: 8 jul. 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Rio de Janeiro: CEB, 1945.
- INVENTÁRIO DO BARÃO DE VILA MARIA. Corumbá, MS: Arquivo do Fórum da Comarca de Corumbá. Documento nº 18.241, Cx. 706, 1876.
- MONSIEUR LA BATUT. A fazenda Francesa e seus recursos e sua exploração – 1919-1920. *Relatório de Monsieuer La Batut datado e assinado em outubro de 1920, em Guaicurus*. Fazenda Bodoquena, MS: Escola Bradesco, 1920; São Paulo, 1984 (texto datilografado).
- MACIEL, José de Barros. *A pecuária nos pantanais de Mato Grosso*. Tese apresentada ao 3º Congresso de Agricultura e Pecuária. São Paulo: Imprensa Metodista, 1922.
- MAZZA, Maria Cristina Medeiros et al. *Etnobiologia e conservação do bovino pantaneiro*. Corumbá/Brasília: Embrapa/CPAP/SPI, 1994., p. 11.
- PEREIRA LEITE, Luiz Felipe. *Vila Maria dos meus amores*. São Paulo: Impresso em equipamentos de Vaner Bicego, 1978.
- PROENÇA, Augusto César. *Pantanal – gente, tradição e história*. Campo Grande: Edição do Autor, 1992.
- RIBEIRO, Renato Alves. *Taboco 150 anos – balaio de recordações*. Campo Grande: Prol, 1984.
- ROCHA, Eunice Ajala. O processo de emancipação dos ecravos na vila de Santa Cruz de Corumbá (1873-1888). *Revista Dimensão* (UEMT/CPC), UFMS/CEUC, n. 5/7, 1975-1977.
- ROOSEVELT, Theodore. *Através do sertão do Brasil*. Trad. de Conrado Erichsen. São Paulo/Rio de Janeiro, Recife, Bahia, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1944. p. 132-133.
- SILVA, J. S .V.; ABDON, M. M. Delimitação do pantanal brasileiro e suas sub-regiões. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, 33, n. esp., p. 1703-1711, out. 1998.

Notas

- ² A manga do barão refere-se a uma espécie de corredor com paredes de varas de bambu que servia para conduzir o gado até a barranca do rio para fazer a travessia.
- ³ O Porto dos Dourados localiza-se na encosta da Serra dos Dourados, à margem direita da montante do rio Paraguai.
- ⁴ A peste de cadeira ou tripanozoma equinus era a única enfermidade séria do gado equino pantaneiro.